



# TCE EM PAUTA

ANO XXI – Nº 114

NATAL/RN

JANEIRO E FEVEREIRO DE 2018

FALE, CRITIQUE E PARTICIPE. OUVIDORIA DO TCE: 0800-281-1935

 @TCE\_RN

CARTILHA MOSTRA RESULTADO DE ATUAÇÃO

## TRIBUNAL DE CONTAS PROPORCIONA ECONOMIA DE R\$ 480 MILHÕES EM RECURSOS PÚBLICOS

**PÁGINAS 06 e 07**



### ATRICON

NOVA DIRETORIA PRIORIZA APRIMORAMENTO



### BIBLIOTECA

ACERVO ESTÁ EM PROCESSO DE CATALOGAÇÃO



## Desigualdade

Estudo que analisou 29 países — entre desenvolvidos e em desenvolvimento — mostrou que o Brasil está no grupo de cinco nações em que a parcela mais rica da população recebe mais de 15% da renda nacional. O 1% mais rico do Brasil concentra entre 22% e 23% do total da renda do país, nível bem acima da média internacional.

A conclusão é de estudo dos pesquisadores Pedro Herculano Guimarães e Marcelo Medeiros, do Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea), publicado recentemente pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IPC-IG/PNUD).

## Empresas estatais

O Brasil é o país das empresas estatais. União, estados, municípios e o Distrito Federal não se furtaram em criar companhias — muitas delas, deficitárias —, que incharam a máquina pública e se transformaram em importantes moedas de troca nas negociações políticas. Segundo levantamento do Observatório das Estatais, feito em parceria do Tribunal de Contas da União (TCU) com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Brasil tem 443 companhias controladas pelo setor público. São 151 da União, 232 de estados e do Distrito Federal e 60 dos municípios. Diante desse número exorbitante e do custo que essas empresas têm para os cofres públicos o TCU apresentará um relatório até o fim deste mês apontando quais companhias efetivamente incorporaram os mecanismos de governança e gestão. A Lei das Estatais está em vigor desde agosto de 2016 e, até o momento, as empresas ainda não se adequaram totalmente ao novo marco regulatório.

## Denúncia

Publicada no dia 11 de janeiro a Lei Federal nº. 13.608 permite aos estados da federação, entre outros pontos, “estabelecer serviço de recepção de denúncias por telefone, preferencialmente gratuito, que também poderá ser mantido por entidade privada sem fins lucrativos, por meio de convênio”. O ponto mais relevante da nova lei encontra-se no artigo 4º, que traz a possibilidade de a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerem “formas de recompensa pela denúncia e/ou informações que sejam úteis para as autoridades no combate e na prevenção de crimes ou irregularidades”. O parágrafo único acrescenta que entre as recompensas a serem ofertadas poderá ser instituído o pagamento de valores em espécie.

Novidade no Brasil, o pagamento de recompensas financeiras para denunciante de boa-fé é uma ferramenta muito utilizada nos Estados Unidos, onde os denunciante podem chegar a receber até 30% do valor das sanções financeiras aplicadas pela *Securities and Exchange Commission* – SEC que, sabidamente, chegam a cifras milionárias.

## Centenário

Os 126 conselheiros e conselheiras substitutos que atuam nos 33 TCs brasileiros estão de parabéns. O cargo, criado em 1918 a partir de lei sancionada pelo então presidente Wenceslau Braz, completou um século em janeiro último.



## TCE EM PAUTA

### SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

#### CONSELHEIRO PRESIDENTE

Antônio Gilberto de Oliveira Jales

#### CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE

Tarcísio Costa

#### CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

#### CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

#### CONSELHEIRO CORREGEDOR

Carlos Thompson Costa Fernandes

#### CONSELHEIRO OUVIDOR

Renato Costa Dias

#### CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA

DE CONTAS PROFESSOR SEVERINO

LOPES DE OLIVEIRA

Paulo Roberto Chaves Alves

#### AUDITORES

Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro

Ana Paula de Oliveira Gomes

Antonio Ed Souza Santana

#### SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL

Ricardo Henrique da Silva Câmara

#### SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO

Anne Emilia Costa Carvalho

#### CONSULTORA JURÍDICA

Andréa da Silveira Lima Rodrigues

#### CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Diego Antônio Diniz Lima

#### MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

##### PROCURADOR-GERAL

Ricart César Coelho dos Santos

##### PROCURADORES

Luciano Silva Costa Ramos

Carlos Roberto Galvão Barros

Luciana Ribeiro Campos

Othon Moreno de Medeiros Alves

Thiago Martins Guterres

#### EXPEDIENTE

##### ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Viktor Marcio Bruno Vidal

##### EDITOR

Eugênio Parcelle da Silva

##### REPORTAGEM

Isaac Lira

##### PRODUÇÃO

Fátima Moraes

##### PROJETO GRÁFICO

Maurício Marcelo | Tikinet

##### DIAGRAMAÇÃO

Karina Vizeu Winkaler e Aline Maya | Tikinet

##### FOTOGRAFIAS

Jorge Filho

##### IMPRESSÃO

Tavares&Tavares Empreendimentos Comerciais Ltda

#### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

##### DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690 – Petrópolis – Natal/RN

CEP 59.012-360 | Telefone: (84) 3642-7278

Site: [www.tce.rn.gov.br](http://www.tce.rn.gov.br) | E-mail: [ascomtce@tce.rn.gov.br](mailto:ascomtce@tce.rn.gov.br)

Facebook.com/tcedorn | Twitter: TCE\_RN



# Sob nova administração

O conselheiro Fábio Nogueira, do TCE-PB, assumiu a presidência da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon, ressaltando os avanços alcançados pelo Sistema Tribunais de Contas na gestão do conselheiro Valdecir Pascoal, apontando como desafiador dar prosseguimento ao processo de aprimoramento registrados nos últimos anos.

A solenidade de posse da nova gestão ocorreu na sede do TCU, em Brasília, ocasião em que o presidente do TCE/RN, conselheiro Gilberto Jales, assumiu o cargo de diretor da vice-presidência de Defesa de Direitos e Prerrogativas e de Assuntos Corporativos.

O Conselheiro Fábio Nogueira citou o título de um livro do Conselheiro Valdecir Pascoal: “Uma nova primavera para os Tribunais de Contas”, para ilustrar que o momento experimentado é profícuo. Admitiu, no entanto, que essa primavera destoa dos tempos acres que o país tem vivido. Reconheceu, ainda, que essa é uma realidade que eleva a necessidade de manutenção desse entusiasmo, “é ele o que alimentará e reforçará o nosso compromisso diário com a cidadania”, ressaltou, lembrando que os avanços e aprimoramentos que o Sistema experimenta são, inegavelmente, fruto do denodo e abnegação dos seus membros,

sobretudo dos que se dedicam à direção da Atricon.

No discurso de despedida, o Conselheiro Valdecir Pascoal também fez uma saudação ao Conselheiro Fábio Nogueira. “Possui atributos de personalidade que o credenciam para o novo mister, a exemplo do seu compromisso inarredável com a causa do fortalecimento dos Tribunais de Contas, da sua inteligência e idoneidade moral, da sua imensa capacidade de diálogo, de conciliação, lastreada por serenidade e firmeza de caráter”, destacou.

A saudação oficial ao presidente da Atricon coube à procuradora Sheyla Barreto Braga de Queiroz. A integrante do Ministério Público de Contas junto ao TCE-PB, disse que a designação de um membro do MPC é simbólica e sensível e deve abrir caminho para uma maior aproximação institucional. “O Conselheiro Fábio Nogueira há de orquestrar e afinar idéias que pareçam justas e adequadas à confirmação do imprescindível papel das Cortes de Contas para a preservação do erário”.

Em seu pronunciamento o Conselheiro Fábio Nogueira destacou a expectativa que a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 22/2017, apresentada pelo Senador Cássio Cunha Lima, com a previsão de criação do Conselho Nacional dos



**Presidente do TCE, Gilberto Jales, integra diretoria de Defesa de Direitos e Prerrogativas e de Assuntos Corporativos**

Tribunais de Contas e o estabelecimento de novos e mais rígidos critérios para a composição dos colegiados, além de uma Lei Nacional Processual de Contas.

Para continuar avançando no processo de aprimoramento do Sistema de Controle Externo Nacional, defendeu Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC), em que o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas figura como instrumento essencial de transformação.

Fábio Nogueira ressaltou que o aprimoramento a que se propõe a Atricon não prescinde das eficientes parcerias com Instituto Rui Barbosa;

Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios; Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos TCs; Associação Nacional do Ministério Público de Contas; Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil; e Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos TCs do Brasil.

“Além desses parceiros, indispensáveis nessa jornada, evidentemente, há que se reconhecer o trabalho das Escolas de Contas, que mantêm programas de formação de agentes públicos voltados à boa governança”, destacou. (texto com informações da Atricon)



**Solenidade no TCU, em Brasília, deu posse a nova diretoria da Atricon**



# Municípios do RN apresentam piora na efetividade das políticas públicas

Os resultados relativos a 2016 do Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEGM), que mede a correspondência entre as ações dos governos e as exigências da sociedade em áreas como Educação, Saúde, Gestão fiscal, Meio Ambiente, Governança em tecnologia da Informação, Cidades Protegidas e Planejamento, não foram positivos. Os dados apresentados pelo TCE apontaram uma piora em relação ao ano anterior e estão abaixo da média nacional.

O IEGM 2016 foi apresentado durante evento realizado no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional RN. Estiveram presentes o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, o diretor da Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira, conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, o presidente da OAB/

RN, Paulo Coutinho, o presidente da Federação dos Municípios do RN, Benes Leocádio, entre outras autoridades.

De acordo com o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, a média dos municípios do RN recuou de 0,51 para 0,49, numa escala de 0 a 1. O IEGM mede resultados em 7 áreas. Houve, em média, melhora em 3 itens: Meio Ambiente, Tecnologia da Informação e Cidades Protegidas. No restante, os índices caíram. “Os números não são animadores, mas são desafiadores. O índice é importante para medir a efetividade das políticas porque, por vezes, o município está até cumprindo o seu papel de investir na política pública, mas isso não chega na ponta, no serviço ao cidadão, que é o mais importante”, apontou o presidente Gilberto Jales.

No total, apenas 8 municípios conquistaram o índice “B”, que significa a existência de uma gestão efetiva. Foram eles: Riacho da Cruz, Bodó, Macaíba, Lucrécia, Martins, Portalegre, Rio do Fogo e Taboleiro Grande. O número é inferior ao do ano passado, quando 15 municípios conquistaram o índice “B”. Além disso, 80 municípios conquistaram o índice C+, que aponta uma gestão “em fase de adequação”, e 87 ficaram com o índice C, o mais baixo, que significa “baixo índice de adequação”. Há cinco faixas de classificação no IEGM: A, B+, B, C+ e C. Nenhum município potiguar conquistou o índice A. O Rio Grande do Norte também ficou levemente abaixo da média nacional - que foi de 0,53 contra 0,49 dos municípios do Estado.

Apesar da queda nos principais níveis, os municípios do Rio Grande do Norte conquistaram, em média, resultados mais satisfatórios nas áreas de saúde e fiscal, com notas 0,64 e 0,66, respectivamente, atingindo o índice B nas duas áreas.

Entre os objetivos do IEGM, estão a disponibilização de uma ferramenta para que prefeitos e vereadores possam avaliar a execução das políticas públicas; o estímulo ao controle social, com o incremento da participação da população a partir da publicidade dos índices; e a modernização do processo de controle externo. “O Tribunal de Contas sai da sua alçada tradicional, de julgamento e fiscalização para participar da construção da cidadania”, enfatizou o conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves.



# O QUE É O IEGM?

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte firmou termo de adesão à Rede Nacional de Indicadores - INDICON, uma parceria entre o Instituto Rui Barbosa – IRB e os Tribunais de Contas do Brasil participantes. O principal objetivo da Rede é o levantamento do **Índice de Efetividade da gestão Municipal – IEGM**, uma ferramenta inovadora destinada a mensurar a eficácia das políticas públicas municipais.

O IEGM/TCERN proporcionar múltiplas visões sobre a gestão municipal em sete dimensões do orçamento público, selecionadas a partir de sua posição estratégica no contexto das finanças públicas: Educação; Saúde; Planejamento; Gestão Fiscal; Meio Ambiente; Cidades Protegidas; Governança em Tecnologia da Informação.

O IEGM/TCERN é apurado anualmente, composto pela combinação dos seguintes itens: informações levantadas a partir de questionários a serem preenchidos pelos jurisdicionados, dados e informações extraídos do Sistema Integrado de Auditoria Informatizada do TCE/RN e dados governamentais.



**O presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, apresentou os indicadores apurados na pesquisa**

Essa nova tecnologia de fiscalização implica uma diferente repartição de atividades e responsabilidades em matéria de execução do orçamento, o que deve ser cuidadosamente tomado em consideração nas fases de planejamento e execução de auditorias de resultados.

Os elementos apurados compõem, ainda, demonstrativos de eficiência e eficácia que servirão tanto para os munícipes quanto para os gestores, como valioso instrumento de aferição de resultados, correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento.



# TCE presta contas à sociedade e mostra resultados da sua atuação



Somente com a soma de cinco processos, entre centenas que tramitam na instituição, o Tribunal de Contas proporcionou à sociedade uma economia de R\$ 480.305.497,93 em recursos públicos, valor que supera em mais de cinco vezes o custo anual da manutenção da própria Corte de Contas, cujo orçamento é estimado em R\$ 91,2 milhões. Esse e outros dados relevantes para se entender o papel e a importância do TCE/RN estão presentes na cartilha “Conhecendo o TCE-RN”, disponível para consulta no site do Tribunal.

Ao mesmo tempo que informa sobre o papel constitucional da Corte

de Contas, a cartilha objetiva divulgar as ações que vem sendo executadas no combate ao mau uso do dinheiro público e, neste momento de crise econômica pela qual passa o país, o que vem sendo feito para colaborar na busca do equilíbrio orçamentário e retomada do desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Compete ao TCE a fiscalização de 858 unidades gestoras jurisdicionadas, vinculadas aos órgãos da administração direta e às entidades da administração indireta do Estado e dos seus 167 Municípios.

Para isso, a Corte de Contas conta com um efetivo de 436 servidores, sendo 7 conselheiros, 3

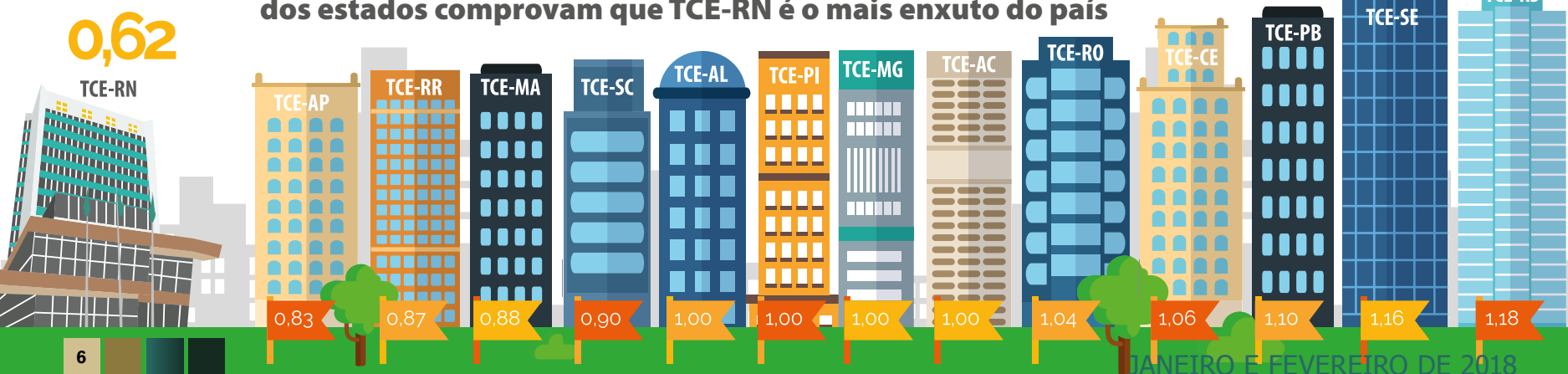
auditores, 6 procuradores, e 420 técnicos-administrativos. Trata-se de um quadro enxuto, com o custo mais baixo do Brasil (veja gráfico abaixo), equivalente a 0,7% do total do orçamento, enquanto a média nacional é de 1,20% e no Nordeste é de 1,16%. “Observe-se que o TCE-RN faz um esforço hercúleo para, com tão poucos recursos, bem desenvolver sua missão constitucional, mantendo seu quadro de pessoal motivado, investindo em tecnologia, estabelecendo parcerias com outros órgãos de controle, buscando soluções criativas, tudo para aprimorar sua eficiência e efetividade, tão cobrada pela sociedade”, destaca a cartilha.

Nos últimos anos, o TCE-RN vem ganhando notoriedade na fiscalização de novas matérias, a exemplo das auditorias nos contratos de Parceria Público-Privada (PPP), obras de mobilidade urbana e de limpeza pública, procedimentos com maior grau de complexidade. Como exemplo cite-se o caso do Processo nº 2.813/2011 que trata da PPP da Arena das Dunas, no qual o relatório do Corpo Técnico identificou superfaturamento no referido contrato, o que provocou uma ação judicial com decisão em sede de liminar com redução em torno de R\$ 3 milhões

mensais no pagamento da contraprestação pelo Governo do Estado, resultando em uma economia para o Estado em torno de R\$ 36 milhões/ano.

Os cinco processos em destaque podem ser consultados no site do TCE, são os seguintes: **Processo 018956/2016-TC** - Suspensão da execução do contrato entre a Secretaria Estadual de Planejamento e a empresa Barros e Barros Rent a Car Ltda, firmado dentro do RN Sustentável, com valor economizado de R\$ 510.899,53; **Processo 014041/2017-TC** - Suspensão de forma cautelar do pregão eletrônico 03/2017, da Secretaria Estadual de Administração e Recursos Humanos (SEARH), cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento do serviço de manutenção de veículos, valor de R\$ 12.855.960,00; **Processo 013755/2017-TC** - Suspensão imediata dos Pregões Eletrônicos nº 03/2017 e 12/2017 e dos atos de formação contratual deles decorrentes pela Secretaria de Estado da Saúde Pública – SESAP/RN, valor de R\$ 3.043.141,80; **Processo 010213/2014-TC** - Suspensão cautelar do contrato firmado pelo Governo do Estado para obras de reestruturação da Av. Eng. Roberto Freire, valor

## Dados da proporção entre despesas com pessoal e receita dos estados comprovam que TCE-RN é o mais enxuto do país



de R\$ 259.895.496,60; **Processo 005620/2017-TC** - Determinação para não utilização de recursos do Fundo Capitalizado de Previdência pela Prefeitura Municipal de Natal, valor de R\$ 204.000.000,00.

Além destes processos, a cartilha destaca outros de relevância, como: **Processo nº 852/2012-TC** (Comissão Especial de Precatório), que trata da Inspeção Extraordinária na gestão de precatórios do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte; e **Processo nº 12.520/2015-TC**: deflagrado em virtude dos indícios de irregularidades perpetradas no âmbito do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA/RN), cujo escopo consistiu na fiscalização das movimentações financeiras realizadas nas contas bancárias da referida entidade, não registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do RN (SIAF/RN), sendo apurado desvios de recursos públicos no montante de R\$ 34.971.016,44, beneficiando ilegítima e diretamente tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas.

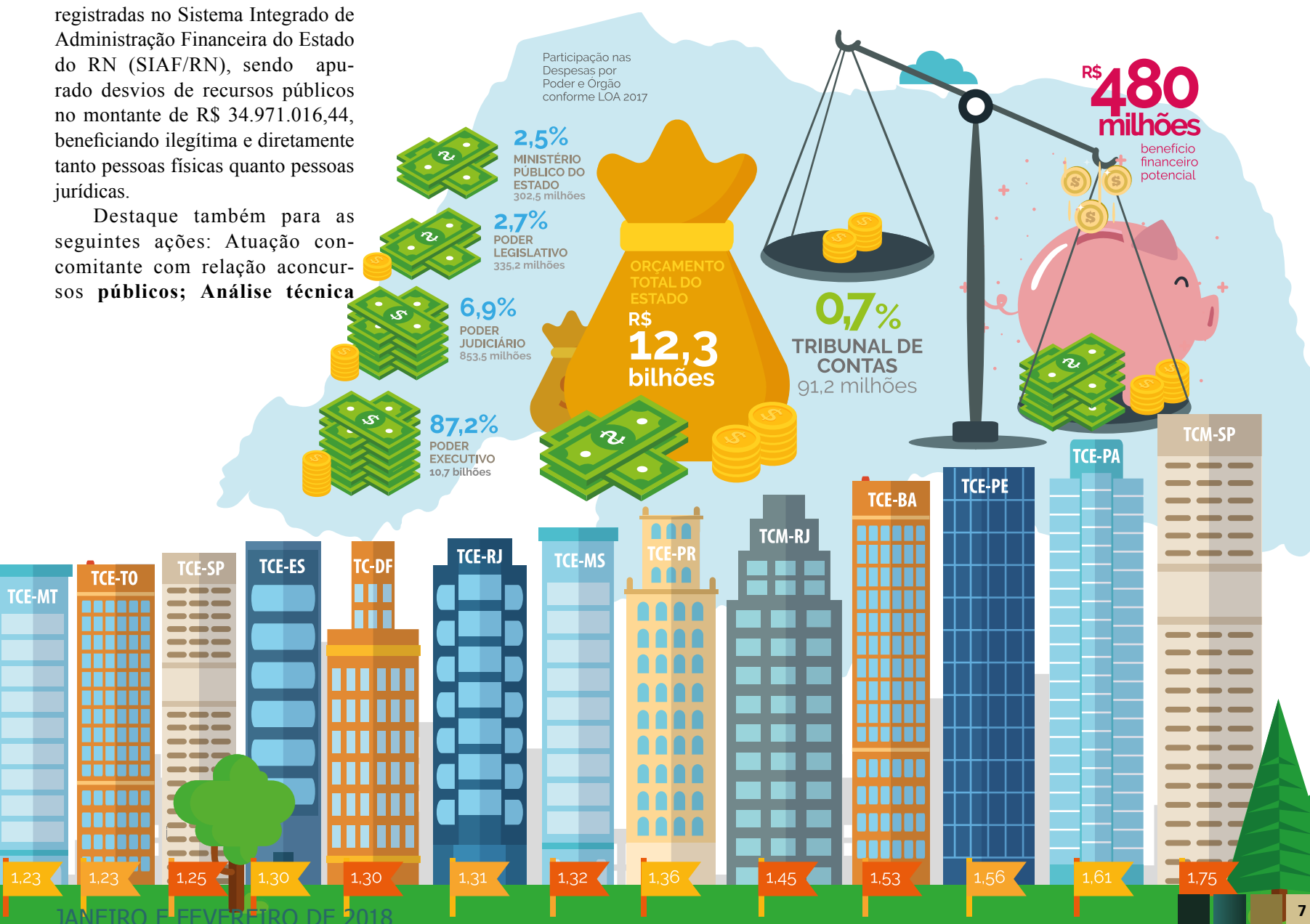
Destaque também para as seguintes ações: Atuação concomitante com relação a concursos públicos; Análise técnica

sobre a legalidade dos atos de aposentadorias, reformas e pensões; Análises nas folhas de pagamento de seus jurisdicionados; auditorias realizadas na folha de pagamento e gestão de pessoal na Prefeitura Municipal de Guamaré, ; na folha de pagamento e gestão de pessoal da Secretaria Estadual de Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP); na folha de pagamento e gestão de pessoal da Assembleia Legislativa do Estado Rio Grande do Norte; Realização, discussão e divulgação de levantamentos como o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) e a identificação de obras inacabadas

ou paralisadas, Auditorias nas Verbas Indenizatórias das Câmaras Municipais; Inspeções para apuração de irregularidades na transição de governo.

Realização de importantes diagnósticos, por meio de auditorias operacionais, que resultaram em diversas recomendações para oportunidades de melhorias, tais como: Auditoria Coordenada de natureza Operacional realizada no Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Norte (IPERN); Auditoria Operacional para avaliar o Programa 2722 – Esgotamento Sanitário – PPA 2008/2011; Auditoria Operacional

na Rede Hospitalar da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP); Auditoria Operacional no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Rio Grande do Norte, na subfunção Ensino Médio; Auditoria Operacional para avaliar a governança organizacional dos responsáveis pelas principais ações de desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte; Auditoria Operacional para avaliar os principais problemas e suas respectivas causas que impactam no gerenciamento dos bens imóveis no Estado do Rio Grande do Norte, entre outras ações.



# Ouvidoria realizou 1460 atendimentos em 2017

A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado atendeu a 1460 demandas de todos os municípios do Rio Grande do Norte em 2017, entre pedidos de informações, reclamações e também elogios. Os dados constam de Relatório apresentado pelo conselheiro ouvidor, Renato Costa Dias, em sessão Plenária.

O Relatório destaca ainda que foram realizadas quatro edições do projeto “Sexta de Contas”, debatendo temas como segurança pública, saúde e educação, além de uma edição especial celebrando os 60 anos do TCE. Também foi ressaltado o lançamento do “Projeto Conhecer”, que proporciona um

maior conhecimento sobre a atuação da corte de contas para universitários.

O Conselheiro lembrou da melhoria da logística da ouvidoria e da participação em encontros nacionais, além do lançamento do projeto “Rotas para Ouvir”, que tem como meta estimular e colaborar na criação das ouvidorias municipais.

Criada em 2008, a Ouvidoria possibilita a abertura de um canal de diálogo e interação com o cidadão, em defesa dos princípios fundamentais que regem a Administração Pública, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



**Conselheiro Renato Costa Dias destacou o avanço do trabalho da Ouvidoria**

# Corregedoria reduz acúmulo de processos

O trabalho realizado pela corregedoria do Tribunal de Contas em 2017, atuando nos gabinetes dos conselheiros, apresentou resultados positivos. De acordo com o conselheiro corregedor, Carlos Thompson Costa Fernandes, houve uma redução significativa no número de processos acumulados, o que aconteceu graças a colaboração de vários setores do TCE. “Em maio de 2017 havia 4.151 processos em tramitação nos gabinetes. Agora, em 10 de janeiro de 2018, constatamos 2.508”, informou, lembrando que a partir de agora

será feito o acompanhamento das atividades.

Paralelo ao monitoramento das metas nos gabinetes, Carlos Thompson informou que este ano foi definido como prioridade a correição nas Diretorias de Atos e Execuções - DAE, que conta atualmente com mais de 4 mil processos em tramitação e de Atos de Pessoal - DAP, que acumula mais de 12 mil processos. “Vamos diagnosticar os gargalos e buscar soluções para os problemas”, enfatizou, ressaltando que, se houver tempo, também atuarão na Diretoria de Expediente.



**Conselheiro Carlos Thompson, “vamos diagnosticar os gargalos e buscar soluções”**



# MPC vence premiação nacional por boas práticas



O Ministério Público de Contas do Rio Grande do Norte (MPC-RN) foi um dos vencedores concurso nacional de projetos e ações lançado pelo Conselho Nacional de Procuradores-gerais de Contas (CNPGC) com objetivo de divulgar, conhecer e multiplicar boas práticas dos MPCs. A premiação ocorrerá em março de 2018, durante evento que será realizado em Curitiba, Paraná.

O MPC-RN venceu, junto com representantes dos estados do Pará e Rondônia, na categoria Inovação, com o trabalho “Gestão

por resultados na cobrança de dívidas e ressarcimento”. Também foram premiadas as categorias “Combate à Corrupção e à má gestão”, “Defesa institucional” e “Direitos fundamentais”, além de “Destakes em 2017”.

É a primeira vez que o MPC RN lança, com instituições parceiras, no caso, o TJ e TCE, uma cartilha, de fácil leitura, para o conhecimento da população, denominada “Cartilha Gestão Fiscal Efetiva”.

Além disso, o MPC-RN vem promovendo a criação de uma câmara de Conciliação no âmbito do

TCE-RN, realizando recomendações de atualização no sistema do Tribunal de Contas, com a elaboração de ferramentas de filtragem de processos e geração de relatórios que possam subsidiar uma tempestiva tomada de decisões, reduzindo o tempo de permanência dos processos nos setores envolvidos.

A nova sistemática, em 2016, resultou em aumento concreto dos valores a serem recolhidos para o Erário – mais do que o triplo da soma dos anos anteriores. Além disso, houve melhorias, nos órgãos jurisdicionados,

com negociações, visando conciliação e parcelamentos. Todas essas ações inovadoras representam forte incentivo para a adoção de mecanismos de conciliação, mediação e aproximação com a sociedade.

Ao todo, foram oferecidos 23 projetos, desenvolvidos por 14 Ministérios Públicos de Contas: AL, AM, DF, GO, MA, PA, PI, RN, RO, SC, SE, SP, TO e MP de Contas da União. Não há ordem de classificação entre os três projetos eleitos, para cada categoria, sendo todos igualmente certificados e vencedores.





# TCE discute parceria com Banco Mundial

O Banco Mundial poderá colaborar com ações na área de educação e tecnologia desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado. Em reunião com o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, o especialista em Gerenciamento Financeiro do BIRD, João Vicente Campos, em missão no Rio Grande do Norte, informou a disponibilidade do banco em contribuir com projetos e ações que resultem no fortalecimento do controle externo. A priori, poderão investir no curso de tecnologia que está sendo realizado pelo Tribunal em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Logo no início da reunião, o presidente lembrou que o diálogo com o Banco Mundial vem acontecendo já há um certo tempo, inclusive com a capacitação de uma equipe para a realização de auditorias internacionais. A partir daí, começou a se discutir a possibilidade de financiar outras

ações, como é o caso de projetos nas áreas de informática e escola de contas. O representante do BIRD informou que o apoio técnico do banco é consubstanciado nos diagnósticos do Marco de Medição realizados pela rede de controle externo.

João Vicente destacou o mérito da especialização que está sendo realizada e avultou a possibilidade de replicar a experiência em ambiente on-line. “O curso é muito interessante e está alinhado com as expectativas que temos de tecnologia no mundo, tecnologia emergente, inteligência aumentada e inteligência artificial. É preciso democratizar este conhecimento”, enfatizou, colocando a possibilidade de ampliar a experiência, o que será discutido em outras oportunidades. De imediato, solicitou o projeto da especialização para encaminhar a gerência do banco, que dará o parecer final sobre a aprovação.

Além do curso, Gilberto Jales solicitou a colaboração do Banco Mundial no sentido de criar um ambiente para a realização de cursos na linha EAD - Ensino à Distância, uma meta da Escola de Contas a ser alcançada. O assunto voltará a ser ponto de pauta em futuras reuniões. “Façam algo na linha de auditoria financeira, esta é uma demanda em todo o País”, destacou João Vicente. Como contrapartida do apoio ao curso, disse que existem duas possibilidades, uma financeira e outra na produção de produtos como a disseminação do conhecimento em fóruns ou produção de livros com o relato de boas práticas alcançadas.

Ao lado do presidente do TCE participaram da reunião os conselheiros Tarcisio Costa e Paulo Roberto, os professores da UFRN Raquel Sampaio e Luciano Sampaio, a diretora da Escola de Contas, Marlusia Saldanha, diretores e técnicos do TCE.



# TCE adota matriz de saldos contábeis após reunião com Tesouro Nacional

Em reunião realizada entre representantes da Secretaria do Tesouro Nacional e técnicos do TCE, discutiu-se a assinatura de Termo de Cooperação com o intuito de adotar os parâmetros da Matriz de Saldos Contábeis (MSC). A adoção da Matriz se tornou obrigatória em 2018 para todos os entes federativos, segundo portaria publicada em outubro do ano passado.

A Matriz de Saldos Contábeis tem como objetivo oferecer ao Tesouro Nacional informações detalhadas extraídas diretamente da contabilidade dos entes federativos a partir de uma base de dados única. “O Tribunal de Contas está aberto a essa parceria. A criação de uma matriz comum é um passo importante e além disso há interesse no compartilhamento de conhecimentos, capacitação, etc”, aponta o presidente da Corte de Contas, conselheiro Gilberto Jales.

Um dos desafios para o exato acompanhamento da situação fiscal de estados e municípios é a existência de critérios e entendimentos diferentes para estabelecer e estruturar os dados contábeis. Com a adoção dos parâmetros da Matriz de Saldos Contábeis, é possível obter um retrato fiel da situação fiscal de estado e municípios, o que diminui as chances de um diagnóstico equivocado.

A Matriz também é pré-condição para o recebimento de transferências da União por parte dos estados e municípios, como é o caso do Rio Grande do Norte. A adoção concomitante dos parâmetros do Tesouro Nacional por parte dos tribunais de contas é uma forma de acelerar o processo de criação da matriz nacional.



## Memória do TCE



Câmara Cascudo por si já é o símbolo da grandeza e da memória do Estado do Rio Grande do Norte. A passagem do seu centenário, portanto, no ano de 1998, não poderia passar despercebida pela Corte de Contas potiguar. No dia 09 de dezembro, o TCE/RN realizou Sessão Especial comemorativa dos 100 anos do mestre folclorista.

A Sessão contou com a presença do então presidente do TCE, conselheiro Antônio Severiano da Câmara Filho, o presidente da Academia Norte-riograndense de Letras, Diógenes da Cunha Lima, a escritora Ana Maria Cascudo, entre outros. O discurso que saudou Câmara Cascudo foi proferido pelo auditor do TCE, Cláudio Emerenciano, que destacou a importância da pesquisa e do trabalho de Cascudo pelo mundo.

# O que temos para ler?

Trata-se de um espaço nobre, sobretudo por guardar o conhecimento. A Biblioteca Tavares de Lira, ligada a Escola de Contas, está passando por um processo de revitalização, iniciando com a catalogação do acervo existente, ação prevista para ser concluída em meados de novembro. “Até o momento já catalogamos 636 exemplares, constando 534 títulos”, relataram as estagiárias de biblioteconomia Silvana Souza e Jéssica Martins, responsáveis pelo trabalho.

Sob o comando de Lineu Chaves, a biblioteca conta com acervos nas áreas jurídica, de administração e contabilidade, além de uma boa quantidade de volumes literários, com destaque para a produção local e livros e revistas dos tribunais de contas de todo o País. “Trata-se de uma biblioteca especializada”, explicaram, lembrando que muitos livros técnicos estão espalhados pelos gabinetes, formando pequenas bibliotecas setoriais.

A idéia é agregar valor, tendo o controle de todo o material existente. “A gente precisa conhecer o que existe”, ressaltaram. A proposta é inserir o acervo no Sistema de Automação de Bibliotecas - SIABI, um programa que gerencia o funcionamento do setor, da aquisição de novos volumes até a consulta ou empréstimo. Pretendem, inclusive, auxiliar no momento de desenvolvimento de pesquisas, orientando sobre títulos e autores.

A seleção de estagiárias na área de biblioteconomia já foi um avanço no processo, mas ainda falta a definição da política no setor, o que está sendo visto pela coordenadora da Escola de Contas, professora Marlúcia Saldanha. “Queremos deixar tudo organizado, funcionando de acordo com as normas”, enfatizaram.

Em época de transição, com a substituição do livro de papel pela mídia digital, Silvana e Jéssica destacaram o comportamento diferenciado de gerações, com os mais velhos consumindo livros físicos e as novas gerações utilizando textos on-line, “mas sempre vai precisar de uma informação confiável”, lembraram, acreditando que há espaço para todos os modelos.

Local ainda pouco utilizado, para se cadastrar na biblioteca e poder fazer empréstimos, basta ter um vínculo com o TCE. Atualmente, quem mais utiliza o espaço são o(a)s assistentes de serviços gerais, que aproveitam o intervalo do almoço para uma leitura agradável, preferindo obras de literatura e poesia. “Com a catalogação vamos fazer campanhas para divulgação do acervo e, conseqüentemente, aumento e melhoria do acesso de leitores”.



**Silvana Souza e Jéssica Martins cuidam da organização do acervo**



**O servidor Lineu Chaves faz o convite para que conheçam a biblioteca**